GOVERNO DE PERNAMBUCO

**Governo do Estado de Pernambuco**

**Secretaria de Educação e Esportes**

**Conselho Estadual de Educação**

| | |
|---|---|
| INTERESSADA: | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAÍBA |
| ASSUNTO: | APRECIAÇÃO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE ITAÍBA, EM CONSONÂNCIA COM A RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 07/2025 |
| COMISSÃO RELATORA: | CONSELHEIROS(AS) MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DOS SANTOS (PRESIDENTE), HUMBERTO JOÃO CARNEIRO FILHO, MÁRCIA DOS SANTOS SILVA, PAULO FERNANDO DE VASCONCELOS DUTRA, WELSON LUIZ DA COSTA SANTOS |
| PROCESSO Nº | 14000110005178.000147/2026-88 |
| **PARECER CEE/PE Nº 113/2026-Comissão Especial** | *APROVADO PELO PLENÁRIO EM* : |

**1 DO PEDIDO**

O Secretário de Educação do Município de Itaíba encaminhou para este Conselho Estadual de Educação (CEE-PE), em atenção à Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025 e à Resolução CNE/CEB Nº 2, de 19 de junho de 2026, o pedido de revisão da Política de Educação Integral em Tempo Integral instituída no âmbito do respectivo município no Estado de Pernambuco.

Constam do processo os seguintes documentos:

1. Solicitação ao Presidente do Conselho Estadual de Educação com encaminhamento do pedido.

2. Lei n° 610/2024, de 20 de junho de 2024, que institui a Política de Educação Integral na Rede Municipal de Ensino e define as Diretrizes Gerais e Objetivos a serem alcançados.

3. Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

**2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A ampliação de matrículas na educação básica em tempo integral ocorrerá, obrigatoriamente, em escolas que apresentem propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, com foco prioritário nas escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e nos estabelecimentos de ensino que ofereçam matrículas de ensino médio articuladas com a educação profissional e tecnológica, nas modalidades integrada ou concomitante. A solicitação em apreço fundamenta-se em instrumentos legais vigentes que referenciam, especialmente, as diretrizes da Proposta Pedagógica das Escolas de Educação Integral em Tempo Integral:

- **Lei Nº 14.640, de 31 de julho de 2023:** Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.

- **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 1º de agosto de 2025**: Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

- **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 19 de junho de 2026:** Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

A Resolução CNE/CEB nº 7/2025 estabelece a Educação Integral em Tempo Integral como política pública estruturante destinada à garantia do direito à educação e ao desenvolvimento integral dos estudantes, compreendido em suas diferentes dimensões. Para sua efetivação, a norma associa a ampliação da jornada escolar, com duração mínima de sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais, à adoção de proposta curricular coerente com os princípios da Educação Integral, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com as especificidades das etapas e modalidades da Educação Básica. A implementação dessa política deve considerar seis dimensões estratégicas: acesso e permanência com equidade; gestão da Política de Educação Integral em Tempo Integral; articulação intersetorial e integração com os territórios e as comunidades; currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento; valorização e desenvolvimento profissional de educadores; e monitoramento e avaliação.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2026, ao alterar a Resolução CNE/CEB nº 7/2025, determinou ainda que os entes federativos elaborem ou revisem ato normativo específico que institua sua Política de Educação Integral em Tempo Integral, submetendo-o à apreciação do respectivo Conselho de Educação, até 31 de outubro de 2026. Nesse sentido, as Resoluções CNE/CEB nº 7/2025 e nº 2/2026, em conjunto com as orientações específicas expedidas pelo Ministério da Educação, constituem o referencial normativo e orientador que fundamenta a análise que segue.

**3 ANÁLISE**

Com base nas Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica e no Guia Sintético de Apoio para Adequação à Resolução CNE/CEB nº 7/2025, elaborado pelo Ministério da Educação, que constitui material de orientação para apoiar os sistemas de ensino na elaboração ou revisão de suas políticas locais de Educação Integral em Tempo Integral, auxiliando na compreensão e aplicação das disposições previstas na normativa nacional, observa-se que o Município de Itaíba, por meio da Lei Municipal nº 610/2024, instituiu sua Política Municipal de Educação Integral, posteriormente revisada em agosto de 2026, contemplando princípios de equidade, inclusão, gestão democrática, justiça curricular, ampliação da jornada, integração entre currículo e território, atendimento educacional especializado, participação social e mecanismos de monitoramento e avaliação.

A política prevê a ampliação gradual da oferta, com prioridade para unidades situadas em contextos de maior vulnerabilidade educacional e social, observando critérios estruturais, pedagógicos, territoriais e comunitários, bem como jornada mínima de sete horas diárias, organizada sob a lógica de currículo integrado.

Além disso, estabelece instância específica de acompanhamento da política, articulação com as escolas, parceiros intersetoriais e comunidades, diagnóstico contínuo de equidade e elaboração de relatório anual de monitoramento a ser submetido ao Conselho Municipal de Educação.

Dessa forma, a documentação apresentada evidencia que o Município estruturou sua política local de Educação Integral em Tempo Integral em consonância, de modo geral, com os eixos e orientações constantes da Resolução CNE/CEB nº 7/2025 e do Guia Sintético do Ministério da Educação.

Considerando o Parecer CEE/PE nº 098/2025 que aprovou a Política de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito do Município de Itaíba, observa-se que as recomendações formuladas foram atendidas na atualização da Política, com o detalhamento dos espaços e de suas melhorias, das diretrizes de articulação intersetorial e territorial, das estratégias de monitoramento e avaliação, da infraestrutura das unidades escolares e da forma de oferta da Educação Integral em Tempo Integral, organizada em jornada mínima de sete horas diárias.

**4 VOTO DOS RELATORES**

Diante do exposto, os relatores manifestam-se FAVORAVELMENTE à proposta de adequação da Política de Educação Integral em Tempo Integral à Resolução CNE/CEB nº 7/2025 no âmbito do Município de Itaíba. Contudo, recomenda-se à Secretaria Municipal de Educação:

a) criação de estratégias estruturadas de combate à evasão;

b) elaboração de critérios objetivos para parcerias; e

c) estratégias específicas para a melhoria das condições de trabalho, valorização profissional e melhoria do clima institucional.

**É o Parecer.**

**5 CONCLUSÃO DA COMISSÃO ESPECIAL**

A Comissão Especial de Acompanhamento da Atuação do Conselho Estadual de Educação no Programa Escola em Tempo Integral encaminha o presente parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2026.

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DOS SANTOS – Presidente

HUMBERTO JOÃO CARNEIRO FILHO

MÁRCIA DOS SANTOS SILVA

PAULO FERNANDO DE VASCONCELOS DUTRA

WELSON LUIZ DA COSTA SANTOS

**6 DECISÃO DO PLENÁRIO**

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco decide aprovar o presente Parecer da Comissão Especial nos termos do Voto da Comissão Relatora.

Sala das Sessões Plenárias, em 23 de outubro de 2026.

**Natanael José da Silva**

**Presidente**

Documento assinado eletronicamente por **Natanael José da Silva**, em 27/10/2026, às 15:11, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **96154471** e o código CRC **CEBF3BC0**.

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Av. Rui Barbosa, 1559 - Graças, Recife - PE - CEP: 52050-000 - Telefone: (81) 3181-2686